

GABINETE DO CONSELHEIRO DIMAS RAMALHO

(11) 3292-3235 - gcder@tce.sp.gov.br

TC-004357.989.22-7

PARECER

TC-004357.989.22-7

Prefeitura Municipal: Piracicaba.

Exercício: 2022.

Prefeito: Luciano Santos Tavares de Almeida.

Advogados: Antonio Cecílio Moreira Pires (OAB/SP nº 107.285), Guilherme Mônaco de Mello (OAB/SP nº 201.025), Eduardo Stevanato Pereira de Souza (OAB/SP nº 209.047), Renato Alves de Oliveira

(OAB/SP nº 277.391), Ana Casarin (OAB/SP nº 388.033) e outros.

Procurador de Contas: Rafael Neubern Demarchi Costa.

Fiscalização atual: UR-10.

EMENTA: CONTAS ANUAIS. PREFEITURA. SUPERÁVIT ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO. INCONSISTÊNCIAS CONTÁBEIS. GESTÃO DA DÍVIDA ATIVA. ATENDIDOS OS ÍNDICES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS. FUNDEB NÃO APLICADO INTEGRALMENTE: IMATERIALIDADE. RELEVADO. PROBLEMAS DE INFRAESTRUTURA NAS UNIDADES DE ENSINO. HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS CONCEDIDOS A SERVIDORES COMISSIONADOS. REPRIMENDA. FAVORÁVEL COM RESSALVAS. RECOMENDAÇÃO. DETERMINAÇÃO. ENVIO DOS AUTOS AO CORPO DE BOMBEIROS.

		EFETIVADO	ESTABELECIDO
	Execução Orçamentária	Superávit – 9,75%	
"b")	Despesas com pessoal (Lei de Responsabilidade Fiscal, art. 20, III,	38,40%	Máximo: 54%
	Ensino (Constituição Federal, art. 212)	25,12%	Mínimo: 25%
Educação Básica	Despesas com Profissionais da (art. 26 da Lei Federal 14.113/20)	89,47%	Mínimo: 70%
	Utilização dos recursos do FUNDEB (art. 25, §3°, da Lei Federal nº 14.113/20)	99,99%	Mínimo: 90% no exercício e 10% no 1º quadrimestre seguinte
	Saúde (Art. 77, III c/c § 4º do ADCT)	21,05%	Mínimo: 15%

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA a Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 12 de novembro de 2024, pelo voto dos Conselheiros Dimas Ramalho, Relator, e Antonio Roque Citadini, Presidente, e do Conselheiro Substituto - Auditor Márcio Martins de Camargo, a E. Câmara decidiu emitir parecer favorável, com ressalvas, à aprovação das contas anuais, referentes ao exercício de 2022, da Prefeitura Municipal de Piracicaba, excetuando os atos pendentes de apreciação por esta Corte de Contas.

Determinou, outrossim, à margem do parecer, a expedição de ofício à Origem, com as recomendações e determinações discriminadas no voto do Relator, inserido aos autos, devendo a Fiscalização verificar todas as ações efetivamente executadas pelo atual gestor em relação às recomendações e determinações, no próximo roteiro "in loco".

Determinou, ainda, a remessa de cópia do relatório da fiscalização e do aludido voto ao Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo, para ciência e eventuais providências sobre o Auto de Vistoria dos prédios municipais.

Determinou, por fim, o arquivamento definitivo de eventuais expedientes eletrônicos referenciados.

Presente o Procurador do Ministério Público de Contas - Rafael Antonio Baldo.



GABINETE DO CONSELHEIRO DIMAS RAMALHO

(11) 3292-3235 - gcder@tce.sp.gov.br

TC-004357.989.22-7

Ficam, desde já, autorizadas vista e extração de cópias dos autos aos interessados, observando as normas aplicáveis.

Publique-se.

São Paulo, 12 de novembro de 2024.

ANTONIO ROQUE CITADINI - PRESIDENTE

DIMAS RAMALHO - RELATOR